

ESTADO DE SÃO PAULO _____

COMPROVANTE RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	
FONE ()	e-mail	
MODA	ALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014	
	DE 03 VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE ARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINA	
Obtivemos através do a convocatório da licitação	ncesso <u>www.itapetininga.sp.gov.br</u> nesta data, có o acima identificada.	pia do instrumento
Senhoria preencher o rec	o futura entre esta Prefeitura e sua empresa, s cibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Setor de u do e-mail <u>pregao@itapetininga.sp.gov.br</u> .	
comunicação, por meio	o exime a Prefeitura Municipal de Itapetininga da de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retifi rio, bem como de quaisquer informações adici r reclamação.	cações ocorridas no
Local:	, de de 2	2014.
Nome por Exter	nso:	
	RG. n.°:	

ASSINATURA

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 77/2014

PROCESSO N.º 124/2014

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

DATA DA REALIZAÇÃO: dia 15.07.2014 às 09:00 horas

LOCAL: SALA DA CPL - I

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - RECURSO

PNAFM.

PREÂMBULO

O Exmo. Sr. Luis Antonio Di Fiori Fiores Costa, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a: **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - RECURSO PNAFM**, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende a Requisição de Compra n.º 3651 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; Protocolo n.º: 18188/1/2014.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **15 de julho de 2014, ás 09h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações – CPL - I, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - OBJETO DA LICITAÇÃO

- A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - RECURSO PNAFM, conforme Anexo I do presente Edital.

II - JUSTIFICATIVA

2.1 – A Aquisição do veículo para a fiscalização conforme definido no projeto PNAFM (Programa Nacional Administrativo e Fiscal dos Municípios), se faz necessária para atender as necessidades da fiscalização e da Secretaria de Administração e Finanças.

III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 3.2 Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;
- 3.3 Em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, aquelas que apresentem as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, sendo representadas por procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos;
- 3.4 Não poderão participar desta licitação:



ESTADO DE SÃO PAULO

- 3.4.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
 - 3.4.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
 - 3.4.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
 - 3.4.4 Consórcios ou grupo de empresas.

IV - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 4.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 4.5 Os documentos já apresentados na fase de credenciamento são dispensados na fase de habilitação

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 5.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes n.º 01 (Proposta), junto ao CREDENCIAMENTO.
- 5.2 A declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** dos envelopes nº. 01 (Proposta), junto ao CREDENCIAMENTO.
- 5.2.1 Caso não utilizada a faculdade prevista no item 5.2, será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.
- 5.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°. 01	ENVELOPE N°. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE	COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO	LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77
PROCESSO N°. 124	PROCESSO N°. 124
"PROPOSTA COMERCIAL"	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 6.1 A proposta, nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá ser apresentada datilografada ou digitada respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, neste caso, juntando-se a procuração, devendo conter:
- 6.1.1 item (compatível com o objeto descrito), e especificação técnica completa, conforme descrito no **ANEXO I**;



ESTADO DE SÃO PAULO

- 6.1.2 identificação completa do produto, constando inclusive à marca e procedência, sendo necessária a apresentação de **Prospectos técnicos ilustrativos, ou manuais originais do fabricante**, dos produtos ofertados, que contenham com detalhes seus dados técnicos, conforme a especificação que consta no **ANEXO I**;
- 6.1.3 Preço unitário e total líquido, fixo e irreajustável, expresso em moeda nacional corrente, para veículo zero Km entregue na forma da cláusula X deste instrumento, inclusive descarga. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- 6.1.4 Prazo de entrega do produto, **que deverá ser no máximo de 15 (quinze) dias úteis**, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior mediante autorização da Administração Pública, contados do recebimento da nota de empenho pela adjudicatária;
- 6.1.5 Prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de entrega das propostas;
- 6.1.6 Prazo real de garantia do proponente para o veículo ofertado obedecerá as disposições contidas na Lei 8078/1990 e das especificações definidas no Anexo I.
- 6.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 6.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 6.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 45 (quarenta e cinco) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 6.5 A garantia ofertada ao veículo, exigida pelo subitem 6.1.6 desta cláusula, deverá ser da própria licitante, não se admitindo a garantia repassada por terceiros estranhos ao certame.
- 6.6 Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seus preços com 02 (dois) dígitos após a vírgula, sendo que, as que constarem seus valores com 03 (três) dígitos, ou mais, o último será desconsiderado.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 5.3 da cláusula V, deverá conter os documentos a seguir:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de <u>sociedades civis</u>, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de *empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país*, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- 7.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame:
- 7.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 7.1.2.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;



ESTADO DE SÃO PAULO

7.1.2.3.2 - Prova de regularidade em relação aos Tributos e contribuição Estadual relativo ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa, expedida pelo órgão competente, ou documento hábil para comprovação;

7.1.2.3.3 - Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

7.1.2.3.4 - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

7.1.2.3.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei, nº 5.452 de 01/05/1943 (Lei nº 12.440/2011);

- 7.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do Contrato**;
- 7.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, que trata de **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** que se enquadra na citada lei, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 7.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 7.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 7.1.2.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

7.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 7.1.4.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Publico, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 7.1.4.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV);
- 7.1.4.3 Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo VIII).
- 7.1.4.4 Declaração da proponente de que possui disponibilidade do produto ofertado (Anexo IX).
- 7.1.4.5 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2.1 - A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 7.1.3.1 deste Edital;



ESTADO DE SÃO PAULO

7.2.1.1 - A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;

7.2.1.1.1 - As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida ao representante legal presente. 7.2.2 - É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;

- 7.2.2.1 para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 aos 31 da Lei n.º 8666/93.
- 7.2.2.2 O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 7.1.2.3; 7.1.2.3.1; 7.1.2.3.2; 7.1.2.3.3; 7.1.2.3.4; 7.1.2.3.5; 7.1.2.5; 7.1.3.1; 7.1.4.1; 7.1.4.2; 7.1.4.3; 7.1.4.4 devendo ser apresentados por todos os licitantes.
- 7.2.4 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 7.2.4.1 se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 7.2.4.2 se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da **matriz**;
- 7.2.4.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da <u>matriz</u> e da **filial** simultaneamente.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 8.1 Nos horários e locais indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 8.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 8.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 8.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo serviço não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;
 - c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- d) não apresentem prospectos técnicos ilustrativos, ou manuais originais do fabricante, dos produtos ofertados, que contenham com detalhes seus dados técnicos.
- 8.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 8.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 8.4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.4.1 Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.
- 8.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 8.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre **o preço unitário**.
- 8.6.1. Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.6.2 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.6.3 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.
- 8.6.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 8.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 8.10 Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 8.12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
 - a) substituição e apresentação de documentos, ou
 - b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 8.12.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 8.13 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 7.2.2 e subitens da Cláusula VII, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.
- 8.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 8.15 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.16 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do Termo de Contrato pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias



ESTADO DE SÃO PAULO

correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

IX - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 9.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 9.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 9.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6 A adjudicação será feita **por MENOR PREÇO UNITÁRIO**.
- 9.7 Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:
- 9.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 9.7.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 9.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes nº. 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
- 9.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 9.8 Homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR), ou em Publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração, para que a empresa compareça para assinar o Termo de Contrato no prazo de 02 (dois) dias corridos a contar:
- a) no caso de envio via fax a contar do envio sendo válida a data do comprovante de envio de fax.
 - b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário.
 - c) no caso de publicação em Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
 - d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio de e-mail.

X - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA OBJETO DA LICITAÇÃO

- 10.1 A entrega **será única devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias**, realizada após o recebimento da Nota de Empenho pela adjudicatária, devendo ocorrer diretamente na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça dos Três Poderes, 1.000, Jardim Marabá-Itapetininga/SP telefone para contato: (15) 3376-9581 ou (15) 3373-2065.
- 10.1.1 O prazo indicado no item 10.1 poderá ser prorrogado de acordo, mediante justificativa do fornecedor e aceitação pela Administração Municipal.
- 10.1.2 A nota fiscal deverá ser emitida na razão social "MUNICÍPIO DE ITAPETININGA", conforme consta do CNPJ da Contratante, caso contrário terá que ser feita a correção da nota fiscal, a cargo integralmente da CONTRATADA.
- 10.2 Constatada qualquer irregularidade na entrega do produto, a empresa vencedora da Licitação, obrigar-se-á a trocá-los **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.
- 10.3 A Prefeitura Municipal rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 10.4 A Empresa vencedora se compromete a fornecer o produto com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 10.5 Para gerir, acompanhar, fiscalizar e controlar a qualidade do produto será designado um representante da Secretaria Municipal de Gabinete, em caso de não corresponder às exigências mencionadas no anexo I deste Edital, o produto será rejeitado, ficando a Empresa vencedora sujeita

PREFE

PREFEITURA do MUNICÍPIO de ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

a substituí-lo **no prazo máximo de 15 (quinze) dias,** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

10.6 - Os produtos que serão entregues pelas Empresas vencedoras deverão ser idênticos às especificações contidas neste Edital. Caso algum produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição dentro dos prazos estabelecidos na Cláusula XI deste Edital. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade, se realizada após findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.

10.7 - Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

XI - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

- 11.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 11.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias,** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 11.1.2 Definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias**, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 11.2 Será rejeitado no recebimento, o produto fornecido com especificações diferente da constante no ANEXO I e da marca/modelo informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 10.6.
- 11.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, o Órgão Gerenciador poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Gabinete, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria de Gabinete, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

XII - DA FORMA DE PAGAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

12.1 - O pagamento será realizado no prazo de até **15 dias (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva dos materiais, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 12.1.1) acompanhada dos respectivos RECIBOS DE ENTREGA e dos comprovantes de regularidade perante o INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações:

Reserva nº.: 348 - Data 16/06/2014

Ficha n°.: 72,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

Unidade de Despesa: 01 - Gabinete do Secretário e Dependências,

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente,

Função: 04 - Administração;

Subfunção: 122 - Administração Geral;

Reserva nº.: 349 - Data 16/06/2014

Programa: 0056 - Modernização de Gestão Pública;

Projeto/Atividade: 2039 - Gestão das Ações de apoio Administrativa de Manutenção;

Categoria Econômica: 4.4.90 - Equipamentos e Material Permanente;

Elemento Despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente;

Fonte: 01 – Tesouro.

Pregão Presencial 77/2014 - Página 9



ESTADO DE SÃO PAULO

Ficha nº.: 73,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

Unidade de Despesa: 01 – Gabinete do Secretário e Dependências,

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente,

Função: 04 - Administração;

Subfunção: 122 - Administração Geral;

Programa: 0056 - Modernização de Gestão Pública;

Projeto/Atividade: 2039 - Gestão das Ações de apoio Administrativa de Manutenção;

Categoria Econômica: 4.4.90 – Equipamentos e Material Permanente;

Elemento Despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 07 - Operações de Crédito.

Vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

- 12.1.1 A nota fiscal eletrônica, na aquisição do produto, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 12.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 12.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 12.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva do Órgão Gerenciador, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 12.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (INSS), FGTS e a Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 12.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Contratada não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos produto motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 11.1, 11.3, 11.4 e subitens da cláusula XI deste Edital.
- 12.6 Deverá também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do produto cotado.
- 12.7 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 12.8 Para fins de pagamento a Contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

XIII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 13.1 A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.2 A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 13.2.1. Nos termos do art. 62, §4° da Lei 8.666/93, a Administração Municipal poderá substituir o termo de contrato pela nota fiscal, vinculada à proposta da licitante vencedora, especialmente no tocante ao prazo de garantia.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 13.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 13.3.1 advertência;
- 13.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação;
- 13.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 13.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.3.3 desta cláusula.
- 13.3.5 as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 13.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 13.3, subitens 13.3.1, 13.3.2 e 13.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 13.3.5.2 da sanção estabelecida no item 13.3, subitem 13.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida à reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 13.4 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, limitado ao percentual descrito na cláusula 13.3.2.
- 13.5 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 11.1 alíneas a, a.1, a.2 e b deste edital;
- 13.5.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 13.3.2 deste edital.
- 13.6. As sanções previstas nos itens 13.1, 13.2, 13.3, 13.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 13.7 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 13.7.1 Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

XIV - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 14.1 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 14.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo legal.
- 14.1.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 14.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na integra.
- 14.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
 - 14.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 14.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE ou CORREIO ELETRÔNICO, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 14.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
- 14.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

ESTADO DE SÃO PAULO

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 15.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 15.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 15.4 Para conhecimento dos interessados expede-se o presente edital, do qual será extraído um resumo que será afixado no saguão do Paço Municipal e publicado no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial deste Município.
- 15.5 Todos os demais trâmites desta licitação, como ATAS, julgamentos, esclarecimentos e outros, serão publicados no Diário Oficial do Estado do qual correrão os prazos para recurso quando for o caso, prevalecendo sempre à contagem do prazo para recurso a data da publicação no Diário Oficial do Estado. A licitante que desejar cópia integral das decisões deverá comparecer ao Setor de Licitações e solicitá-las.
- 15.6 A homologação/adjudicação com o resultado do certame licitatório será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e também no Semanário Oficial de Itapetininga/SP.
- 15.7 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes após a celebração do contrato ou instrumento equivalente ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 15.8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 15.9 Integram o presente Edital:
- Anexo I Descrição e modelo do objeto do certame;
- Anexo II Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- Anexo III Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo IV Modelo de declaração de regularidade para com o ministério do trabalho;
- Anexo V Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI Modelo de Procuração para credenciamento;
- Anexo VII Declaração de Inexistência de Débitos Municipais;
- Anexo VIII -Modelo de Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;
- Anexo IX Declaração de Disponibilidade;
- Anexo X Minuta do Contrato.
- Anexo XI Termo de ciência e Notificação
- 15.9 A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.
- 15.10 Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), telefone (0xx15) 3376-9597, quando a o assunto se relacionar com os termos do presente edital, ou, na Secretaria Municipal de Gabinete, telefone (0xx15) 3373-5426, quando a dúvida se relacionar com o objeto licitado.

Itapetininga, 18 de junho de 2014.

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO I Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014

Compreende o objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - RECURSO PNAFM, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	02	UN	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0 (ZERO) KM, ANO 2014 COM NO MÍNIMO DE GARANTIA DE MOTOR E CAMBIO DE 03 (TRÊS) ANOS, INJEÇÃO ELETRÓNICA (LIM), COM AR CONDICIONADO, VIDRO E TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS COM KIT VISIBILIDADE, LIMPADOR E DESEMBAÇADOR TRASEIRO, RADIO E AIR BAG FRONTAL, FAROL DUPLO REFLETOR, PNEUS 175, RODAS MÍNIMO ARO 14, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.6 (BIOCOMBUSTÍVEL) POTENCIA MÍNIMA DE 74 KW (101CV) A 5.250 RPM (GASOLINA) E 76 KW (104) A 5.250 RPM (ETANOL/ÁLCOOL), TORQUE MÁXIMO 151 NM (15,4 KGFM) A 2.500RPM (GASOLINA) E 153 NM (15,6 KGFM) A 2.500RPM (GASOLINA) E 153 NM (15,6 KGFM) A 2.500RPM (ETANOL), 08 VÁLVULAS, 04 CILINDROS, CILINDRADA MÍNIMA DE 1.598 M², 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÊ, TRAÇÃO DIANTEIRAS E A TAMBOR OU DISCO NAS RODAS TRASEIRAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VEÍCULO PINTADO NA COR BRANCA SÓLIDA NO PADRÃO DA FÁBRICA E DE LINHA DE PRODUÇÃO. ESPECIFICAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SETOR DE FISCALIZAÇÃO: CONDIÇÕES GERAIS: Veículo Zero Km ano 2014 com mínimo de garantia de motor e cambio de 03 (três) anos, banco traseiro com acesso ao porta malas, tomada de força de 12v para equipamentos eletrônicos com acesso do motorista e passageiro, regulagem da potencia do motor (EPC), luz identificadora de mau funcionamento dos sistemas de ignição ou injeção eletrônica (LIM), com ar condicionado, vidro e travas elétricas nas quatro portas com Kit visibilidade, limpador e desembaçador traseiro radio e AIR BAG frontal; CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: Farol duplo refletor, Pneus e rodas: mínimo aro 14 (catorze) e pneu 175, comprimento 3.899 mm, largura com espelhos retrovisores 1.874 mm, altura em vazio 1.464, balanço dianteiro 821 mm e balanço traseiro 821 mm, espaço livre em relação ao solo com peso bruto admissível 120 mm, distância entre eixos 2.465 mm, diâmetro de giro 10,8 mm, bitola dianteira 1.422 mm – bitola traseira 1.411 mm; CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE MOTORIZAÇÃO: Motorização mínima 1.6 (biocombustível), potencia mínima de 74 KW (101 cv) a 5.250 rpm (gasolina) e 76 KW (104) a 5.250 rpm (gas	R\$43.740,00	R\$87.480,00



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

			T	T	1
			151 Nm (15,4 Kgfm) a 2.500 rpm (gasolina) e		
			153 Nm (15,6 Kgfm) a 2.500 rpm (etanol), 08		
			(oito) válvulas; Cilindrada mínima de 1.598		
			m ² e cilindros de 04 (quatro);		
			<u>NÚMERO DE MARCHAS:</u> 05 (cinco) à frente e		
			01 (um) a ré;		
			TRAÇÃO: dianteira;		
			SISTEMA DE FREIO: A disco nas rodas		
			dianteiras e a tambor ou disco nas rodas		
			traseiras;		
			<u>DIREÇÃO:</u> hidráulica;		
			COR: Veículo pintado na cor branca sólida no		
			padrão de fábrica e de linha de produção.		
02	01	UN	AQUISIÇÃO DE 01 (HUM) VEICULOS 0	R\$39.632,00	R\$39.632,00
02	01	OIV	(ZERO) KM, ANO 2014, CAPACIDADE	Κφοσ.002,00	1(φ5).052,00
			MÍNIMA DE 05 PASSAGEIROS, COM 04		
			PORTAS, MOTOR MÍNIMO 85 CV, POTÊNCIA		
			MÍNIMA 1.4, MOVIDO BIOCOMBUSTÍVEL,		
			DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR		
			CONDICIONADO, AIR BAG, FREIOS ABS,		
			ALARME, PROTETOR DE CÁRTER, VIDROS		
			E TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS		
			DIANTEIRAS E TRASEIRAS COM GARANTIA		
			_		
1			DE 03 (TRÊS) ANOS.		
			ESPECIFICAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE		
			<u>VEÍCULOS PARA SETOR DE FISCALIZAÇÃO:</u>		
			CONDIÇÕES GERAIS: Veículo Zero Km ano		
			2014 com mínimo de garantia de motor e		
			cambio de 03 (três) anos, banco traseiro com		
			acesso ao porta malas, tomada de força de		
			12v para equipamentos eletrônicos com		
			acesso do motorista e passageiro, regulagem		
			da potencia do motor (EPC), luz identificadora		
			de mau funcionamento dos sistemas de		
			ignição ou injeção eletrônica (LIM), com ar		
			condicionado, vidro e travas elétricas nas		
			quatro portas com Kit visibilidade, limpador e		
			desembaçador traseiro radio e AIR BAG		
			· ·		
			frontal;		
			CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:		
			Farol duplo refletor, Pneus e rodas: mínimo		
			aro 14 (catorze) e pneu 175, comprimento		
			3.899 mm, largura com espelhos retrovisores		
			1.874 mm, altura em vazio 1.464, balanço		
			dianteiro 821 mm e balanço traseiro 821 mm,		
			espaço livre em relação ao solo com peso		
			bruto admissível 120 mm, distância entre		
			eixos 2.465 mm, diâmetro de giro 10,8 mm,		
1			bitola dianteira 1.422 mm – bitola traseira		
1			1.411 mm;		
			<u>CARACTERÍSTICAS</u> <u>MÍNIMAS</u> <u>DE</u>		
			MOTORIZAÇÃO: Motorização mínima 1.6		
			(biocombustível), potencia mínima de 74 Kw		
			(101 cv) a 5.250 rpm (gasolina) e 76 Kw (104)		
1					
			a 5.250 rpm (etanol/álccol), torque Máximo		
1			151 Nm (15,4 Kgfm) a 2.500 rpm (gasolina) e		
1			153 Nm (15,6 Kgfm) a 2.500 rpm (etanol), 08		
			(oito) válvulas; Cilindrada mínima de 1.598		
			m ² e cilindros de 04 (quatro);		
			<u>NÚMERO DE MARCHAS:</u> 05 (cinco) à frente e		
			01 (um) a ré;		
			TRAÇÃO: dianteira;		
			SISTEMA DE FREIO: A disco nas rodas		
			dianteiras e a tambor ou disco nas rodas		
			traseiras;		
			<u>DIREÇÃO:</u> hidráulica;		
			COR: Veículo pintado na cor branca sólida no		
			padrão de fábrica e de linha de produção.		
		İ	paaras ac iastica e ac initia ac produção.	l .	1



ESTADO DE SÃO PAULO _____

CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:

- A proposta deverá apresentar prospectos técnicos ilustrativos ou manuais originais do fabricante dos veículos ofertados, que contenham com detalhes seus dados técnicos, e que atendam às especificações deste Anexo, para consulta e conhecimento dos produtos ofertados e eventuais dúvidas durante a sessão de processamento.
- Cabe ao licitante vencedor a responsabilidade da entrega dos veículos, devendo proceder com zelo, precaução e cuidado, tendente a evitar danos materiais e pessoais a terceiros, assumindo inteira responsabilidade pelas consequências originadas de eventuais acidentes, decorrentes de imprudência, negligência, imperícia ou dolo.
- Prazo real de garantia do proponente para o veículo ofertado, de no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, a contar da data de entrega dos produtos, sem prejuízo das disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 e das especificações definidas no Anexo I, deste Edital.
- Durante o prazo de vigência da garantia, o veículo que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus ao Município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- As peças e acessórios objetos de troca deverão ser originais ou genuínos, sendo **vedado** o fornecimento de peças e acessórios não originais ou genuínos, usados, recondicionados, remanufaturados ou cujas marcas não sejam utilizadas pelas respectivas montadoras.
- Os veículos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos <u>arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.</u>
- O valor total estimado da presente contratação é de R\$ 127.112,66 (Cento e vinte e sete mil, cento e doze reais e sessenta e seis centavos).

WALTER DOS SANTOS JÚNIOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

P

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ΠΑΒΙΔΙΤΑÇΑΟ
"DECLARAÇÃO"
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sobn.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.
Por ser verdade assina a presente.
de de 2014.
Razão Social da Empresa

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DECLARAÇÃO"

	ì	i		
٠	ı	٦	۱	

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

At. - PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO

Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

<u>DECLARAR</u>, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública**, e, que <u>não está suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga</u>, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.	
de	de 2014.
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador	
Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade	



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO **TRABALHO**

<u>"DECLARAÇÃO"</u>
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL
Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

Por ser verdade assina a presente.

...... de de 2014.



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

	DECLARO,	sob as penas da lei, ser	m prejuízo d	as sanções e mu	ltas previstas
neste	ato	convocatório,	que	a	empresa
				(denominação	da pessoa
jurídica),	CNPJ n°		é N	licroempresa ou	Empresa de
Pequeno F	orte, nos termos	do enquadramento pr	evisto na Lei	i Complementar	n° 123, de 14
de dezemb	oro de 2006 cujo	os termos declaro conh	ecer na inte	gra, estando apta	a, portanto, a
exercer o	direito de prefer	ência como critério de	desempate 1	no procedimento	licitatório do
Pregão Pr	esencial n° 77/2	2014, realizado pelo M	Iunicípio de	Itapetininga, Es	stado de São
Paulo.					
	Local e D	ata.			
	_				
	N	lome do representante	•		
	F	?G n°:			



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA <u>CREDENCIAMENTO</u>

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a
empresa, inscrita no
CNPJ/MF sob n.º Inscrição Estadual sob n.º, neste ato,
representada por seu sócio-gerente Sr.(a), portador(a) da Cédula de
Identidade RG n.ºn e CPF n.º, nomeia e constitui seu representante
o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º
e CPF n.º, a quem confere poderes para representar
a empresa outorgante no PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/ 2014, instaurado pela Prefeitura
Municipal de Itapetininga, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir
da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da
interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima
indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

<u>"DECLARAÇÃO"</u>
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não possui débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em conformidade com as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal ¹ , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento

...... de de 2014.

¹ Artigo 430 - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

<u>"DECLARAÇÃO"</u>
À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está de pleno acordo com as condições e exigências do Edital referente ao Pregão Presencial nº.: 77/2014 e Processo nº.: 124/2014 e aceitam a cumprirem fielmente.
Por ser verdade assina a presente.
de de 2014
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

Pregão Presencial 77/2014 - página 22



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL	
Ref.: PROCESSO N.º 124/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014	
DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sa: previstas neste ato convocatório, que a empresa	nções e multas
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº	tem
disponibilidade dos produtos, conforme Anexo I do Edital referente ao Pregão	o Presencial nº.:
77/2014 e Processo nº.: 124/2014, para a entrega do produto no prazo es	stabelecido pelo
Edital da presente licitação.	

Local e Data. Nome do representante

RG n.°:



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO X

REF.: PROCESSO N.º 124/2014 PREGÃO PRESENCIAL N.º 77/2014

MINUTA	CONTRATO	N.°	

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAPETININGA, com sede a Praça dos Três Poderes n.º 1.000 em Itapetininga, Estado de São
Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.291/0001-70, doravante denominada
CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr
, residente à Rua
, n°, nesta cidade de Itapetininga/SP, portador do RG n.º
e do CPF/MF n.º, e de outro lado a firma
, estabelecida à n° em
Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º e Inscrição Estadua
n.º, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr
e CPF/MF n.º
residente e domiciliado na rua, nº
na cidade de, formalizam entre si o presente ajuste, que visa a AQUISIÇÃO DE
03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - RECURSO PNAFM
descrita na cláusula primeira deste Termo de Contrato, em razão do Processo n.º 124/2014
Pregão n.º 77/2014, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusulas e
condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO -

1.1 - A **CONTRATADA**, por força do presente ajuste, se obriga a fornecer, à **CONTRATANTE**, os seguintes veículos:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT R\$

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE FORNECIMENTO

- 2.1 A entrega dos veículos **será única devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias**, realizada após o recebimento da Nota de Empenho pela contratada, observado o prazo informado na proposta e o disposto no item 13.4 da cláusula XIII deste edital, devendo ocorrer diretamente no Setor da Administração e Finanças, localizado à Praça dos Três Poderes, 1.000, Jardim Marabá, Itapetininga (SP), telefone: (0xx15) 3373-9602 com o Sr. Walter dos Santos Júnior.
- 2.1.1 O prazo indicado no item 2.1 poderá ser prorrogado, mediante justificativa do fornecedor e aceitação pela Administração Municipal.
- 2.1.2 A nota fiscal deverá ser emitida na razão social "MUNICÍPIO DE ITAPETININGA", conforme consta do CNPJ da Contratante, caso contrário terá que ser feita a correção da nota fiscal, a cargo integralmente da CONTRATADA.
- 2.2 O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, sendo o prazo para execução de até **15 (quinze)** dias, ambos contados a partir da data de sua assinatura.
- 2.2.1 O prazo indicado no item 2.2 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.



ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 2.3 Constatada qualquer irregularidade na entrega dos produto, a **CONTRATADA**, obrigarse-á a trocá-los **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.
- 2.4 A Contratante rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital.
- 2.5 A **CONTRATADA** se compromete a fornecer o produto com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 2.6 O controle de qualidade será realizado de acordo com as características do produto, sendo que em caso de não corresponder às exigências mencionadas, o produto será rejeitado, ficando a **CONTRATADA** sujeita a substituí-lo **no prazo máximo de 15 (quinze) dias** independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- 2.7 Poderão ser realizadas análises específicas em laboratório oficial ou particular para verificação da qualidade dos produtos e as despesas correrão por conta da **CONTRATADA**.
- 2.8 O produto que será entregue pela **CONTRATADA** deverá ser idêntico às especificações contidas no Edital e em sua proposta. Caso o produto não corresponda às especificações exigidas, será rejeitado e poderá ser admitida uma substituição, desde que o prazo de **15** (**quinze**) **dias** contados do recebimento da Autorização Requisitória não se tenha esgotado e a **CONTRATADA** possa fornecer, frise-se, dentro do restante do prazo. Nesta hipótese de substituição, caso seja realizada dentro do prazo de entrega inicial ainda não esgotado, não será aplicada a penalidade; se realizada após, findo aquele prazo, o produto poderá ser aceito, entretanto, será apurada a aplicação das multas cabíveis.
- 2.9 Estando o produto em conformidade com o solicitado, o responsável indicado para este fim pela respectiva Secretaria vistará no verso da nota fiscal.
- 2.10 Eventuais atrasos na entrega do produto deverão ser justificados por escrito pela empresa adjudicatária cabendo à Administração avaliar as razões externadas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 2.11 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.
- 2.12 Os produtos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos <u>arts. 5º, inciso XXXII</u>, <u>170, inciso V, da Constituição Federal</u> e <u>art. 48 de suas Disposições Transitórias</u>.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO

- 3.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 3.1.1 Provisoriamente **no prazo de 15 (quinze) dias úteis** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 3.1.2 Definitivamente **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa licitante vencedora, consequente aceitação.
- 3.2 Será rejeitado no recebimento o produto fornecido com especificações diferente da constante no ANEXO I na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos no item 2.6 da Cláusula Segunda deste Termo de Contrato.
- 3.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



ESTADO DE SÃO PAULO _____

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DO TERMO DE CONTRATO

4.1 - Importa o presente contrato no valor global estimado de R\$ (......), decorrente do seguinte preço unitário R\$...... (.............), expressos em moeda corrente, para o produto CIF-ITAPETININGA/SP, válidos para a data de encerramento da licitação.

CLÁUSULA QUINTA DOS PAGAMENTOS E REAJUSTES

- 5.1 O pagamento será realizado no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados da data de entrega efetiva do produto empenhado e apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (vide item 5.1.1) vistada pelo responsável indicado pela respectiva Secretaria dos comprovantes de regularidade perante o INSS, o FGTS e com a JUSTIÇA DO TRABALHO e o demonstrativo da folha de pagamento.
- 5.1.1 A nota fiscal eletrônica, na aquisição do produto, fica condicionado a legislação local do emitente e referente a venda é obrigatório a emissão da nota fiscal eletrônica.
- 5.1.2 A nota fiscal deverá ser emitida na razão social "MUNICÍPIO DE ITAPETININGA", conforme consta do CNPJ da Contratante, caso contrário terá que ser feita a correção da nota fiscal, a cargo integralmente da CONTRATADA.
- 5.2 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancário", "correios" ou "duplicata em carteira".
- 5.3 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 5.4 Por se tratar de fornecimento parcelado e para atendimento de exigências legais, a **CONTRATADA**, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (INSS), o FGTS e com a JUSTIÇA DO TRABALHO.
- 5.4.1 a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos decorrentes do fornecimento, até que seja restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame.
- 5.4.2 na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio no fornecimento incorrerá a **CONTRATADA** nas sanções cabíveis.
- 5.5 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 5.6 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA SEXTA DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 6.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Termo de Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 6.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA**, e isso motivar o bloqueio de entrega de produto, esta incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula Décima, e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 5.4 da Cláusula Quinta, ambas deste Termo de Contrato.
- 6.3 Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a futura **CONTRATADA** se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos



ESTADO DE SÃO PAULO _____

preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.

- 6.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 6.3.2 Os produtos deverão ser entregues pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a **CONTRATADA** solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Contrato sobre parcelas já entregues, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir da constatação do desequilíbrio.
- 6.3.3 O bloqueio no fornecimento por esta razão sujeitará a **CONTRATADA** às sanções contratuais e editalícias.
- 6.4 A obrigatoriedade da futura **CONTRATADA** em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Termo de Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO CONTRATUAL

- 7.1. O prazo de vigência do Termo de Contrato será **12(doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.
- 7.1.1 O prazo indicado no item 7.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.
- 7.1.2 O prazo para a entrega do produto será de **15 (quinze) dias**, realizado após o recebimento da Nota de Empenho, observado o prazo informado na proposta.
- 7.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato, obedecido o disposto no § 1° do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2014 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação do Termo de Contrato, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Termo de Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2015, e no que couber artº 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Reserva nº.: 348 - Data 16/06/2014

Ficha nº.: 72,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

Unidade de Despesa: 01 - Gabinete do Secretário e Dependências,

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente,

Função: 04 - Administração;

Subfunção: 122 – Administração Geral;

Programa: 0056 - Modernização de Gestão Pública;

Projeto/Atividade: 2039 - Gestão das Ações de apoio Administrativa de Manutenção;

Categoria Econômica: 4.4.90 – Equipamentos e Material Permanente;

Elemento Despesa: 52 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte: 01 – Tesouro.

Reserva nº.:349 - Data 16/06/2014

Ficha n°.: 73,

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

Unidade de Despesa: 01 - Gabinete do Secretário e Dependências,



ESTADO DE SÃO PAULO _____

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente,

Função: 04 - Administração;

Subfunção: 122 - Administração Geral;

Programa: 0056 - Modernização de Gestão Pública;

Projeto/Atividade: 2039 - Gestão das Ações de apoio Administrativa de Manutenção;

Categoria Econômica: 4.4.90 - Equipamentos e Material Permanente;

Elemento Despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 07 - Operações de Crédito.

CLÁUSULA NONA DAS RESPONSABILIDADES

- 9.1 São responsabilidades da **CONTRATADA**:
- 9.1.1 o cumprimento dos prazos de execução, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades, acrescidas se necessário;
- 9.1.2 durante toda vigência contratual, ser a responsável pela qualidade dos produto entregues;
- 9.1.3 o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.
 - 9.1.4 manter as condições de habilitação.
- 9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções sem ônus para o **CONTRATANTE** durante o **período de garantia**.
- 9.1.6 **Substituir**, a suas expensas e sem ônus para a SMS, as peças fornecidas que porventura apresentarem defeitos, vícios, incorreções em sua forma de apresentação ou na ocorrência de defeitos freqüentes, não solucionados totalmente.
- 9.1.7 Manter assistência técnica comprovada durante a vigência da garantia, comprometendo-se a:
- a) Utilizar na execução dos produtos de manutenção, peças novas, originais, todas com garantia, recomendados pelo fabricante do equipamento.
- 9.2 O não cumprimento ao acima determinado implicará a Contratada nas penalidades citadas na Cláusula X deste Contrato.
- 9.3 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o produto que estiverem em desacordo com o Edital.
- 9.4 A Empresa vencedora se compromete na entrega do produto com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 9.5 A Contratada responderá civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros
- 9.6 São responsabilidades da CONTRATANTE:
- 9.6.1 manter o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Contrato, quando requerido;
 - 9.6.2 pagar à **CONTRATADA** os valores devidos, nas datas avençadas;
- 9.6.3 o fiel cumprimento de todas as clausulas e condições estabelecidas no presente termo.
- 9.6.4 Fica designada a servidora **Ana Maria Rodrigues Graça,** para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do Termo de Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
 - 10.1.1 advertência;



ESTADO DE SÃO PAULO _____

- 10.1.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- 10.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.1.3 desta Cláusula .
- 10.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 10.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 10.1, subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da **CONTRATADA**;
- 10.1.5.2 da sanção estabelecida no item 10.1, subitem 10.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 10.2 O atraso injustificado na entrego do produto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual definido na cláusula 10.1.2 do Edital.
- 10.3 Tudo o que for fornecido incorretamente e, portanto não aceito, deverá ser substituído por outro, na especificação correta, no prazo previsto no item 3.3 deste Termo de Contrato:
- 10.3.1 a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação das sancões definidas nesta cláusula.
- 10.4 As sanções previstas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstancias do caso concreto.
- 10.5 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a **CONTRATADA** tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 10.5.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP:
- 11.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
- 11.1.2. Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.
- 11.2 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO

12.1 - Vinculam-se ao presente Termo de Contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e a proposta vencedora da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Aplicar-se-á a Lei Federal nº 10520/02 e a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste Termo de Contrato.

_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1 - Será competente o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado seja.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas:

Itapetininga,..... de de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA CONTRATANTE

WALTER DOS SANTOS JÚNIOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATADA

Testemunhas:		
1	2	
Nome:	Nome:	
RG:	RG:	



Ata no.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO XI

MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO de ITAPETININGA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA NOME DA EMPRESA:

Ata II	/ 2017								
ОВЈЕТО:	AQUISIÇÃO	DE 03	(TRÊS)	VEÍCULOS	ZERO	KM	PARA (SETOR	DE
FISCALIZA	AÇÃO DE PO	OSTURAS	- SECI	RETARIA M	UNICIPA	L DE	ADMIN	NISTRAÇÃO	O E

FINANÇAS - RECURSO PNAFM.

/2014

Advogado(s): Procuradores Municipais

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

T	4	4	
Itapetininga.	de	de	

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPETININGA

> CONTRATADA REPRESENTANTE RG n.°

TO DETINITION

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

CONTRATADA:

Ata nº:___/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - RECURSO PNAFM.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O CONTRATO

Nome:LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA	
Cargo: Prefeito Municipal	
RG n°: 3.360.392-3-SSP/SP	
Endereço: Rua José Soares Hungria Filho, n°266, Residencial Ouro Ville	
Telefone: (015) 3376-9600	
e-mail: luisdifiori@difiori.com.br	

Responsável pelo atendimento a requisição de documentos do TCESP

Nome: Walter dos Santos Júnior
Cargo: Secretário Municipal de Administração e Finanças
Endereço Comercial do Órgão/Setor: Praça dos Três Poderes nº 1.000 – Jardim Marabá -
Itapetininga/SP
Telefone e Fax: (0xx15) 3376-9602 ou (0xx15) 3376-9571 ou (0xx15)3376- 9576
e-mail: administração@itapetininga.sp.gov.br

Itapetininga, _____ de ____ de 2014.

WALTER DOS SANTOS JÚNIOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS